



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Materiais

Estudos Técnicos Preliminares DRM 2023 0004

O presente estudo, na forma do inciso XX do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021, caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao termo de referência a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação de empresa para prestação do serviço de **SEGURO TOTAL DE PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES** pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

- 1 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Sob a perspectiva do interesse público, faz-se necessário preservar a integridade e a usabilidade dos veículos automotores pertencentes ao patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, posto que são necessários ao cumprimento de atividades administrativas e judiciárias;
- 2 DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** (inciso II do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): A presente contratação está prevista no **Plano Anual de Contratação (PAC) 2023**, disponível no sítio do Tribunal de justiça do Rio Grande do Norte por meio do link abaixo:
<https://www.tjrn.jus.br/licitacoes-contratos-e-convenios/plano-anual-de-contratacao-pac/>;
- 3 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (inciso III do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): É requisito necessário a apresentação de **Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, para garantir que as licitantes estejam autorizadas pelo órgão regulador a comercializar o objeto da licitação, resguardando a Administração, que se obriga a primar pela legalidade da operação em atividade regulada, preservando a competição entre todos aqueles que reúnem condições de comercializar o objeto licitado.
- 4 DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (inciso IV do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Como são conhecidos os tipos e quantidades de carros a assegurar, é possível informar a necessidade de se contratar seguro total para 15 veículos automotores, nos modelos e quantidades abaixo;

BLINDADO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE
SIM	Toyota / Corolla	4
NÃO	Fiat / Doblo	3
	Fiat / Siena	1
	Mercedes-Benz / Sprinter	2
	Renault / Duster	3
	Toyota / Hilux SW4	2
		15

- 5 **DA SOLUÇÃO A CONTRATAR** (inciso V do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): À luz da melhor relação custo/benefício, considerando as lições aprendidas com a execução de contratos anteriores, com a aplicação dos conceitos relacionados ao Ciclo PDCA¹, contratar seguro total da frota tem se revelado, historicamente, frente a outras eventuais opções como, por exemplo, a aquisição de veículos reserva, a melhor solução para preservar a integridade e a usabilidade dos veículos automotores pertencentes ao patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte;
- 6 **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (inciso VI do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): O valor máximo a ser ofertado para o SEGURO TOTAL DE PARTE DA FROTA de 15 VEÍCULOS é de R\$ 42.194,02, consoante pesquisa de preços realizada na forma da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021, cujo relatório e síntese foram acostados aos autos do processo Sigajus 04101.034927/2023-56, na forma do artigo 23 da LEI Nº 14.133/2021, conforme abaixo;

BLINDADO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE	CUSTO ESTIMADO
SIM	Toyota / Corolla	4	R\$ 16.337,36
NÃO	Fiat / Doblo	3	R\$ 5.746,77
	Fiat / Siena	1	R\$ 1.693,75
	Mercedes-Benz / Sprinter	2	R\$ 7.639,83
	Renault / Duster	3	R\$ 6.034,03
	Toyota / Hilux SW4	2	R\$ 4.742,28
		15	R\$ 42.194,02

- 7 **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR** (inciso VII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Seguro total contra roubo ou furto e sequestro, bem como a danos causados por tentativa de roubos ou furto e sequestros, incluindo os vidros; colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento; raio e suas consequências, incêndio, explosão e acidentes que envolvam descargas elétricas, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros; acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado; submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo; danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros; danos acessórios referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- 8 **DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO** (inciso VIII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): A definição por NÃO PARCELAR A CONTRATAÇÃO deriva diretamente da necessidade de agrupar serviços absolutamente iguais, em razão de suas especificidades, evitando-se excessiva fragmentação da contratação por empresas diferentes, possível na hipótese de se

¹ PDCA (do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT/Adjust) é um método iterativo de gestão de quatro passos (Planejar, Executar, Verificar e Ajustar), utilizado para o controle e melhoria contínua de processos e produtos.

contratar por item, tornando o certame mais atrativo ao mercado, gerando benefícios diretos ao Poder Judiciário, por reduzir os custos administrativos relacionados à necessária gestão contratual, minimizando o esforço da sua reduzida máquina de servidores. Daí que, observando tanto os aspectos econômicos quanto gerenciais, a contratação em GRUPO ÚNICO estimula a concorrência, torna o certame mais atrativo e possibilita ao Poder Judiciário obter preços mais vantajosos e uma contratação administrativamente menos onerosa;

- 9 **DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso IX do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Manutenção da frota de veículos assegurada em plena condição de disponibilidade para o uso;
- 10 **DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO** (inciso X do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Por se tratar de contratação rotineira, a Administração já se encontra preparada para fiscalizar e gerir o futuro contrato, nada havendo que deva ser providenciado previamente à contratação;
- 11 **DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (inciso XI do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Esta mesma solução tem sido adotada para todos os veículos que integram a frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, como demonstram os contratos de números 22/2022, 31/2022, 77/2022 e 87/2022, guardando correlação ou mesmo interdependência, para consecução do objetivo de *"preservar a integridade e a usabilidade dos veículos automotores pertencentes ao patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte"*, com as seguintes contratações:
- 11.1 Serviços de gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, objeto do Contrato nº 02/2020, em vigor;
- 11.2 Serviços de motoristas, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (POSTOS DE TRABALHO), na forma permitida pelo art. 17 e seguintes da INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/20171, objeto do Contrato Nº 02/2018, conforme 14º termo aditivo assinado no âmbito do processo Sigajus 04101.068456/2022-77, com cláusula resolutiva vinculada à conclusão do Pregão Eletrônico Nº 03/2023, que tramita no âmbito do processo Sigajus 04101.054489/2022-50 e se encontra na fase externa de análise de propostas;
- 11.3 Serviços sob demanda de manutenção preventiva e corretiva dos veículos automotores que integram a frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, por meio de sistema eletrônico, objeto do Contrato nº 11/2023, em vigor.
- 12 **DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (inciso XII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Tanto a contratação quanto a gestão de seguros de veículos não geram impactos ambientais relevantes, não demandando apresentação de eventuais medidas mitigadoras;
- 13 **DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021): Por todo o acima exposto, em especial pelos reconhecidamente

adequados resultados auferidos com a gestão dos contratos de números 22/2022, 31/2022, 77/2022 e 87/2022, é possível asseverar que a contratação de seguro total se mostra a solução mais adequada à preservação do patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e à garantia da disponibilidade operacional dos veículos automotores necessários ao cumprimento de atividades administrativas e judiciárias, quando da ocorrência de sinistros.

- 14 **DA NÃO EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA:** Conforme é facultado pelo artigo 96 da LEI Nº 14.133/2021, sugere-se não exigir prestação de garantia, posto que a limitação de 10% do valor inicial do contrato, imposta pelo artigo 96 da mesma Lei, tornaria o valor da garantia irrelevante frente aos valores dos bens segurados, uma vez que, em regra, os valores dos contratos de seguro importam em apenas cerca de 3% do valor segurado;
- 15 **DA ADEQUAÇÃO DAS SANÇÕES DA PORTARIA nº 274/2005-TJ AO OBJETO:** Considerando que os valores dos contratos de seguro, em regra, importam em apenas cerca de 3% do valor segurado, limitar a aplicação de multas a 10% do valor contratado se revela inadequado, posto que nada garante quanto ao ressarcimento do prejuízo nem se configura como sanção à contratada. Razão pela qual, para o futuro termo de referência, sugere-se a não utilização do limite estipulado na alínea a) do inciso V do artigo 12 da PORTARIA nº 274/2005-TJ;
- 16 **DA ADOÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PADRÃO:** Na forma do inciso IV do artigo 19 da LEI Nº 14.133/2021, sugere-se que o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR seja adotado como PADRÃO para todas as futuras contratações de SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, uma vez que, salvo melhor juízo, atende a todos os requisitos dessa Lei e consolida a forma de contratação de seguros de veículos que vem sendo adotada desde a gestão passada, com êxito pela Administração, homenageando os princípios da eficiência e da economicidade.

Natal, 29 de junho de 2023

Eudes Albuquerque de Andrade

Presidente da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 151.431-8

Bernardo Campos Cavalcanti

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 162.962-0

George Rosado Cascudo Rodrigues

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 203.541-3

Iêda Maria dos Santos

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 203.473-5

Emitido em 29/06/2023

ESTUDO PRELIMINAR Nº 12/2023 - DRM (11.14.01.01.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:51)

BERNARDO CAMPOS CAVALCANTI

ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE

DIC (11.14.01.01.04.01)

Matrícula: 1629620

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:51)

EUDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS -

TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DRM (11.14.01.01.04)

Matrícula: 1514318

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:53)

GEORGE ROSADO CASCUDO RODRIGUES

CHEFE DE SUBSEÇÃO DE TRANSPORTE - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

SUBTRANS (11.14.01.01.04.02.02.02)

Matrícula: 2035413

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:55)

IEDA MARIA DOS SANTOS

AUXILIAR JUDICIÁRIO - TITULAR

SUBTRANS (11.14.01.01.04.02.02.02)

Matrícula: 2034735



Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sigajus.tjrj.jus.br/documentos/> informando seu número: **12**, ano: **2023**, tipo:
ESTUDO PRELIMINAR, data de emissão: **03/07/2023** e o código de verificação:
ae4feb640c